

eisa se faz para matricula nas academias do Imperio.

E' mais um serviço que prestará a instrucção publica desta Proviucia o benemerito Dr. José Feliciano Horta de Araujo, a' quem temos a honra de nos dirigir.

Assim o esperamos.

Gazetilha

A Redacção do « Sete de Setembro. » foi obsequiado com as seguintes offertas : pelo photographo J. Ayres, « vista da cidade da Victoria, convento de N. S. da Penha, villa do Espirito-Santo, e o vapor Alice. »

Estes trabalhos são com effeito uma obra prima, em que o mesmo artista es-

conspurar os brios dos distinctos alumnos da Escola Militar por causa da celebre questão café, e querer a toda força que aquelles que não se mostraram cobardes fossem privados de estudar.

Ao nosso distincto comprovinciano desejamos que ventos bonancosos conduzam—o ao logar de seu destino, e que continue a estudar para que um dia quando se fizer preciso o concurso dos filhos da provincia, para pugnar por seus interesses, termos, e não vermos as aves de arribação serem acolhidas e serem o que nunca seriam em seu berço natal.

Litteratura

FLORA

TRADUCCÃO

Presedi aos dias alegres de nossos tilhos, ó agradavel filha da Aurora, graciosa Deusa ;

d'alem. campos, seio dos surpreh cascadas nitos ; ta suas suas flo ella vos so irmã anno, como como vos o sois da vida ; apreciái seus dons benificos como vossa idade. Os prados serão vossa escola. as flores vosso alphabeto, e a Flora [a vossa instructóra.

M. Cacella.

— « : » —

ARTIGO

AMOR AS LETTRAS: IMPRESSOS ESTUDANTIS E O VOCABULÁRIO SOBRE O ATHENEU PROVINCIAL (1873-1892)

Meryhelen Alves da Cruz Quiuqui

Mestre em História Social das Relações Políticas (2019). Graduada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2010).

ANGELOS

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a participação dos estudantes secundaristas nos jornais que circularam pela província do Espírito Santo entre 1875 e 1889, além de analisar o vocabulário transmitido pelos jornais capixabas sobre o Atheneu Provincial. O marco temporal está compreendido entre os anos que o colégio esteve em funcionamento. Adotou-se como metodologia, para o cruzamento de fontes bibliográficas e documentais, a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2004). O trabalho insere-se no campo da História da Educação, na perspectiva da Nova História Cultural, utilizando-se de conceitos como cultura escolar de Dominique Julia (2001) e jornal estudantil de Giana Lange Amaral (2013). O estudo permitiu compreender alguns aspectos do universo discente, os temas abordados por eles em um periódico produzido em meio às efervescências de ideias no país, as agremiações estudantis, além de visualizar a importância do Atheneu dentro da província devido as inúmeras críticas e elogios que a instituição recebeu dos jornais, mesmo após o encerramento de suas atividades. Nota-se a configuração dos impressos como um possível meio de veiculação do pensamento estudantil.

Palavras-chave: Impresso Estudantil; Atheneu Provincial; Província do Espírito Santo.

Introdução

No contexto de transformações econômicas e culturais que marcam a sociedade do novo milênio com exigentes padrões tecnológicos e valorização da diversidade de gênero, étnica e cultural, a escola converteu-se em espaço de um saber em constante mutação. As pesquisas no campo da História da Educação tendem a se consolidar como lugar de reflexão dessa diversidade de experiências no tempo e abrem perspectivas para a discussão dos desafios enfrentados pelas escolas. Algumas técnicas naturalizadas como a separação em classes, intervalos de recreio, a segmentação do ensino, dentre algu-

Abstract

This article aims to analyze the participation of high school students in the newspapers that circulated in the province of Espírito Santo between 1875 and 1889, in addition to analyzing the vocabulary transmitted by the Espírito Santo newspapers about the Atheneu Provincial. The timeframe is comprised between the years that the college was in operation. Laurence Bardin's content analysis (2004) was adopted as the methodology for crossing bibliographic and documentary sources. The work is inserted in the field of History of Education, from the perspective of New Cultural History, using concepts such as school culture by Dominique Julia (2001) and student newspaper by Giana Lange Amaral (2013). The study made it possible to understand some aspects of the student universe, the themes addressed by them in a periodical produced amid the effervescence of ideas in the country, student associations, in addition to visualizing the importance of Atheneu within the province due to the numerous criticisms and praise that the institution received from the newspapers. Note the configuration of printed matter as a possible means of conveying student thought.

Keywords: Student Form; Provincial Atheneu; Province of Espírito Santo.

mas práticas, pode ser problematizada a partir do levantamento no passado de sua implantação. Ao considerar historicidade de fazeres e saberes, as fronteiras da história vivida, da história escolar e da história acadêmica podem se transformar em espaços de diálogos e reflexões.

No âmbito da História da Educação secundária no Oitocentos, os estudos focaram no Colégio Pedro II, instalado no Rio de Janeiro e sob administração da Corte Imperial, relegando as outras instituições como simples cópias. Produções historiográficas recentes apontam para o crescente investimento nas problematizações da história das instituições esco-

lares, da produção dos sujeitos escolares, de modelos pedagógicos produzidos e postos a circular pelas províncias, das disciplinas escolares, da formação de professores secundário e da participação ativa dos alunos na sociedade que estavam inseridos. É nessa última temática que o presente trabalho se insere, ao utilizar a imprensa estudantil do Atheneu Provincial como objeto e fonte de investigação histórica, além dos jornais em circulação no período analisado.

Com a necessidade de criar uma instituição que pudesse contribuir para o preparo intelectual dos jovens capixabas, João Thomé da Silva, então Presidente da Província, reorganizou as diretrizes do ensino secundário, criando, em 20 de fevereiro de 1873, o Atheneu Provincial (Relatório..., em 5 de outubro de 1886). De acordo com o memorialista Basílio Daemon (2010), as aulas tiveram início em 29 de maio no mesmo ano e foi marcada com festa pública. Para a ato de inauguração, compareceram diversas autoridades políticas, familiares dos estudantes, além dos professores e demais funcionários públicos.

Para cumprir com o objetivo de levar progresso, expandir a instrução pública e preparar os jovens para as faculdades do Império, nos primeiros anos de funcionamento, o currículo escolar era formado pelas matérias de filosofia, geometria, história, francês, retórica, inglês, português, geometria, álgebra e aritmética, latim, música e dança (Relatório..., em 28 de 1877), onde a maior carga horária era dedicada ao estudo do latim, que deveria ocupar ao menos três horas para o dia proposto à matéria.

É interessante destacar, que o Atheneu Provincial surgiu para sanar uma demanda da elite local que necessitada educar seus filhos para adentrar nas faculdades do império. Ter o ensino secundário concluído não era pré-requisito para adentrar nas faculdades do império, mas fazia-se necessário passar nos exames de admissão (GONDRA; SCHUELER, 2008). A preparação para tais exames poderiam ocorrer de diversas formas: em casa com preceptor, com aulas particulares avulsas, autodidatismo ou nas escolas, de modo sistemático.

Assim, ao realizar um levantamento sobre os jornais capixabas estudantis em circulação durante a década de 1870 a 1890, foram encontradas referências à seis periódicos organizados pelos estudantes do Atheneu Provincial do Espírito Santo: *A Aurora* (1875), *A Liberdade* (1876), *Sete de Setembro* (1878), *Pyri-lampo* (1882), *O Athleta* (1885) e *O Semanal* (1889), mas somente o terceiro jornal encontra-se disponível para análise.

Delimitados os objetivos, cabe agora assinalar alguns referenciais teóricos e conceitos norteadores deste trabalho. Como ponto de partida destaca-se a perspectiva de Cultura Escolar, utilizado por Dominique Julia (2001), que a caracteriza como um conjunto de códigos e práticas que produzem conhecimentos e ensinam comportamentos de acordo com a época que está inserido, sendo, portanto, impossível estudar a história das instituições escolares e dos seus integrantes, sem levar em conta as relações políticas, religiosas, culturais e econômicas que os circulam. Para facilitar o desenvolvimento das pesquisas históricas com foco na cultura escolar, o autor divide o objeto em três eixos temáticos, sendo um deles a análise dos conteúdos ensinados e as práticas escolares. Para Julia (2001, p. 33), as pesquisas pautadas nesse eixo devem ir além da análise das disciplinas obrigatórias presentes no currículo escolar, pois como bem argumenta: “o ensino clássico no século XIX, comportava também toda uma educação moral contínua, através dos modelos propostos às crianças como exemplo na escola das versões, dos temas ou dos assuntos a serem desenvolvidos.”

Rosinete Maria dos Reis (2008, p. 2), mostra que as atividades escolares aplicadas em fins dos Oitocentos são um importante registro histórico das formas de aprendizagem dos alunos e poderiam indicar quais eram os conteúdos realmente ensinados nas salas de aula. Entretanto, é um material de difícil obtenção, já que não faziam parte dos documentos oficiais que deveriam ser arquivados pelas escolas e acabavam se perdendo no tempo. Outra forma de acessar os saberes adquiridos pelos alunos são os

jornais produzidos e postos a circular sob a responsabilidade desse grupo. Segundo Giana Lange do Amaral (2013), esse material pode proporcionar o entendimento das configurações da cultura escolar, ao se averiguar os desejos e anseios dos alunos, pois em suas páginas podemos encontrar denúncias e expectativas sobre a instituição escolar e da sociedade que eram integrantes, ou seja, os impressos estudantis trazem o olhar do aluno sob os elementos que compõem a Cultura Escolar. A partir da visão de mundo expressa nas páginas dos jornais, é possível identificar costumes e valores expressos pelo corpo discente de uma instituição.

Sobre o uso dos jornais como fonte histórica, Tania Regina de Luca, argumenta que até a década 1970 ainda havia uma aversão por parte dos historiadores quanto a sua utilização. Essa modificação terá início com a *Escolas dos Annales*, em 1930, ao realizar uma renovação temática no campo da pesquisa histórica (LUCA, 2008, p. 113). É evidente a relevância dos periódicos para o desenvolvimento historiográfico, já que por meio da imprensa escrita podemos compreender melhor alguns hábitos e condutas de uma dada sociedade. Assim, os jornais do século XIX podem servir como fontes para a pesquisa dos costumes e dos locais de socialização no meio urbano do Brasil (BEZERRILL, 2011).

Para o tratamento dessas fontes é essencial à análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2004). A autora ao descrever a importância da metodologia da análise de conteúdo, assevera que a apreciação estatística comungada a categorização - a técnica de classificação de elementos por diferenciação a partir de um conjunto e pelo seu posterior reagrupamento em pequenos grupos - permite a melhor apreensão da realidade, já que oferece uma técnica sistemática de objetividade do material analisado e uma apreensão clínica do conteúdo. Nessa perspectiva o paradigma indiciário, metodologia desenvolvida pela escola histórica italiana, também auxilia no trabalho com as fontes, pois torna possível a investigação dos pequenos indícios fornecidos pela

documentação e a percepção da atuação política e cultural do colégio e dos alunos capixabas.

O ensino secundário capixaba no Oitocentos

A primeira instituição capixaba para os estudantes secundaristas que desejassem prosseguir os estudos no ensino superior foi o *Liceu da Victoria*, fundado em 25 de abril de 1854 (DAEMON, 2010, p. 389). O colégio não tinha um currículo propedêutico, o que tornava as matrículas nas disciplinas de filosofia, latim, retórica, álgebra, geometria e música, avulsas e de acordo com a conveniência do aluno. Devido à baixa frequência dos alunos, carência de professores habilitados e de recursos públicos, o colégio foi fechado em 1867. No ano seguinte foi criado o *Colégio do Espírito Santo*, que tinha a missão de formar professores para ministrar as aulas destinadas ao ensino primário, principal dificuldade da instrução pública naquele período.

Sentido necessidade de criar uma instituição que pudesse contribuir para o preparo intelectual dos jovens capixabas, João Thomé da Silva, então Presidente da Província, reorganizou as diretrizes do ensino secundário, criando, em 20 de fevereiro de 1873, o Atheneu Provincial (Relatório..., em 5 de outubro de 1886). De acordo com o memorialista Basílio Daemon (2010, p. 463), as aulas tiveram início em 29 de maio no mesmo ano e foi marcada com festa pública. Para a ato de inauguração, compareceram diversas autoridades políticas, familiares dos estudantes, além dos professores e demais funcionários públicos.

Para cumprir com o objetivo de levar progresso, expandir a instrução pública e preparar os jovens para as faculdades do Império, nos primeiros anos de funcionamento, o currículo escolar era formado pelas matérias de filosofia, geometria, história, francês, retórica, inglês, português, geometria, álgebra e aritmética, latim, música e dança (Relatório..., em 28 de 1877), onde a maior carga horária era dedicada ao

estudo do latim, que deveria ocupar ao menos três horas para o dia proposto à matéria. Pelo apanhado das matérias, percebemos a supremacia dos estudos ligados a humanidades em detrimento dos saberes científicos e matemáticos.

A mudança mais drástica na grade curricular ocorreu em 1882, durante o governo de Herculano Marcos Inglês de Sousa (SCHNEIDER, 2007), pois esse governante, acreditava que o ensino secundário deveria abranger outros públicos. Para tanto, foram criados três cursos no colégio: cursos normal, secundário e ensino especial. O curso normal formaria professores primários, o secundário ou letras, continuaria auxiliando os jovens para os exames preparatórios das faculdades do Império e o curso especial, capacitá-los-ia para o mercado de trabalho. Cabe ressaltar que nesse último era subdividido em curso de Comércio e Curso de Agricultura. Mas essas mudanças implementadas não duraram muito, no ano seguinte, com a chegada do novo Presidente da Província, Miguel Bernardo Ribeiros Amorim, as reformas mencionadas anteriormente foram extintas e voltou ao currículo dos primeiros anos de funcionamento. A justificativa para tal atitude foi ao alto custo financeiro para arcar com um ensino tão diversificado como o proposto por Inglês de Sousa (Relatório..., 12 de janeiro de 1884).

Com a advento dos tempos republicanos, o Atheneu Provincial passou por grandes alterações curriculares, tentando abandonar a educação humanística do período imperial, para acolher um novo público ligado ao ensino profissional e científico (SCHNEIDER, 2011, p. 262). Mas a reforma definitiva ocorreu em 4 de junho de 1892, quando José de Mello Carvalho Moniz Freire, Presidente de Estado, substituiu o Atheneu Provincial pelo Colégio Normal Pedro II, que passava a ter a função de preparar o magistério capixaba. Para o governante, todas as reformas curriculares que a instituição teve, não foram capazes de torná-la útil para a sociedade capixaba, que estava muito atrasada na área educacional. Moniz Freire mencionou ainda que o ensino preparatório

para os cursos superiores não poderiam ser o foco do governo antes da educação primária atingir grande parcela dos cidadãos. Ao esclarecer a supressão do Atheneu Provincial, o dirigente disse que a instituição “[...] nunca passou de um colégio de preparatório, onde raros moços de habilitaram para os cursos superiores, e outros frequentaram apenas duas ou três aulas para irem depois pretender empregos públicos” (Relatório ..., 23 de maio de 1896, p. 122).

Durante os dezenove anos que auxiliou na formação dos jovens, o Atheneu foi composto por um seleto grupo de professores e estudantes do sexo masculino, exceto os libertos, que pudesse pagar pelos estudos (*O Espírito Santense*, 1874, ed. 312, p. 4). Cabe salientar que até o ano de 1879, a instituição atendia a três grupos de alunos, a saber: pensionistas; meio-pensionistas; e, por fim, externos e após esse ano, somente atendia o último grupo. Como mencionado anteriormente, apesar de ser um colégio público, não era gratuito. No primeiro regulamento ficou determinado que os pensionistas e meio pensionistas pagariam mensalidade trimestrais, sendo para a primeira categoria a importância de 16\$000 réis e para a segunda, 10\$000 réis. Já os discentes externos precisariam desembolsar 10\$000 réis, referente a despesa de matrícula, dividido em duas parcelas a serem pagas no princípio e final do ano escolar (MOACYR, 1940, p. 43). Já que as famílias deveriam arcar com os valores das mensalidades, ficou colocado no regulamento de criação, que o colégio poderia conferir bolsas de estudo no valor da mensalidade para jovens pobres. A prerrogativa de concessão de bolsas cabia ao Presidente da Província.

Quanto aos professores, existiam algumas normas e deveres para sua atuação no colégio. Aos docentes cabia a avaliação dos alunos, advertir quando não cumpriram seus deveres, fazer relatórios sobre cada aluno, manter o silêncio e disciplina na instituição, além de seguir o programa de ensino de cada matéria (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 230, p. 2). Para lecionar na instituição, era necessário ter curso superior, ser aprovado em concurso público e ser casado

Periódico	Ano de lançamento	Redatores
A Aurora	1875	Jose de Mello Carvalho Muniz Freire, Affonso Cláudio e João Monteiro Peixoto
A Liberdade	1876	Jose de Mello Carvalho Muniz Freire, Candido Vieira da Costa, Affonso Cláudio e Cleto Nunes Pereira
Sete de Setembro	1878	Amâncio Pereira, Lydio Mululo e Pedro Lyrio
Pyrilampo	1882	João Magalhães Junior, Aldano Paiva, Lydio Mululo e José Araujo Monjardim, amos integrantes da Sociedade Amor as Letras
O Athleta	1885	Sociedade Amor as Letras
O Semanal	1889	Affonso de Magalhães, Éneas Tagarro e Sebastião Barroso

Fonte: PEREIRA, Heráclito Amâncio. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Vitória: Tipografia Coelho, 1922, p. 39 –40; 1925, p. 30; 1926, p. 44 - 52.

(O *Espírito Santo*, 1881, ed. 86, p. 2), além disso era excluída a participação feminina no corpo docente.

A principal função da instituição era preparar os alunos para as provas das faculdades do império, que, de modo geral, eram parceladas, onde o aluno poderia fazer o exame das matérias determinadas uma de cada vez. Esse fato refletia no Atheneu, pois os alunos somente matriculavam nas matérias que tinham mais dificuldades ou que ainda não tinham obtido aprovação, tornando o ensino fragmentado.

Os jornais estudantis

Em levantamento sobre a imprensa na Província do Espírito Santo, Heráclito Amâncio Pereira (1922, p. 39-40; 1925, p. 30; 1926, p. 44-52) constatou que 77 periódicos, incluindo os estudantis, foram postos a circular pelo Espírito Santo durante o período em que o Atheneu Provincial esteve em funcionamento. Concernente aos jornais produzidos pelos alunos do Atheneu, entre 1873 e 1890, circularam seis jornais científicos e literários, como se vê a seguir.

O primeiro impresso organizado pelo corpo estudantil foi o *A Aurora*. A edição de lançamento data

de 24 de setembro de 1875 e seus redatores foram José de Mello Carvalho Muniz Freire, Affonso Cláudio e João Monteiro Peixoto. Na época da inauguração, Muniz Freire tinha apenas 14 anos. A folha impressa tinha como objetivos debater ciência e literatura, além de melhorar a instrução pública da província (BASTOS, 2016, p. 278-280). O jornal, no entanto, teve duração curta e suas atividades encerraram-se naquele mesmo ano. Em carta enviada ao professor do Atheneu, José Joaquim Póvoa, Muniz Freire revelou que o jornal finalizou suas atividades no primeiro ano de funcionamento devido à oposição do Capitão Basílio Carvalho Daemon, redator e proprietário do jornal *O Espírito Santense*, em face das ideias progressistas dos jovens estudantes.

Ilmo. Sr. Dr. Póvoa. Eu e alguns colegas desejamos dar à luz um pequeno jornal, sem outras pretensões senão escrevermos alguma coisa, visto que aqui nesta cidade os moços pouco ou nada leem por falta de incentivo e a iniciativa deve haver. O ano passado começamos a escrever um periódico Aurora, mas retirando-se o Peixoto que era incansável, publicação dele parou; procuramos continuar este ano, mas como não desejamos fazê-lo na tipografia do

Sr. Capitão Daemon, atenta a oposição que ele fez na publicação da mencionada Aurora, em setembro de 75, aguardamos uma ocasião oportuna para tal. [...] Consentindo não só na publicação deste nosso periódico nos prelos do seu conceituado jornal, e também concorrendo com sua amestrada e hábil pena para o brilhantismo do mesmo. Aqui paro contando desde já com sua proteção e auxílio assinome. Amº e abrº - José de Mello Carvalho Muniz Freire (SANTOS, 2013, p. 59).

Curiosamente, no jornal *O Espírito Santense* (1875, ed. 115, p. 3), a única menção ao referido periódico estudantil teve como propósito felicitar os jovens pela iniciativa e desejar longa duração, já que o jornal serviria de espaço para os estudantes porem em práticas os ensinamentos e se prepararem para o futuro. De acordo com a carta transcrita anteriormente, Muniz Freire não desistiu dos seus ideais e procurou seu professor pedindo proteção política contra Daemon e ajuda financeira para a confecção de novo jornal. Atendendo ao pedido, Póvoa cedeu a oficina e os materiais do jornal *Gazeta do Commercio* para a produção daquele que viria a ser o segundo periódico produzido pelos estudantes, *A Liberdade*. O novo jornal saiu à luz em 6 de agosto de 1876 e, de acordo com Heráclito Pereira (1922, p. 40) teve vida curta, sendo dirigida por Muniz Freire e Candido Vieira da Costa e com a colaboração de Affonso Cláudio, Cleto Nunes Pereira e outros jovens.

Ao que tudo indica, o embate entre Daemon e os estudantes não acontecia nas folhas d'*O Espírito Santense*, já que nenhuma crítica ao Muniz Freire, enquanto estudante, ou aos jornais sob sua direção foram localizadas nas páginas do impresso. Ao contrário, em nota d'*O Espírito Santense*, de 1877, fora mencionada a partida de Muniz Freire da província. Na ocasião, relatou-se que o jovem estudante optou por completar os estudos fora da terra natal e o editor desejava-lhe boa viagem (*O Espírito Santense*, 1877, ed. 15, p. 2).

O *Sete de Setembro*, terceiro jornal estudantil, foi lançado em 1878, na data comemorativa da Independência

do Brasil, e teve a primeira edição impressa em folhas verdes e amarelas em homenagem ao dia (PEREIRA, 1925, p. 30).



Capa do jornal estudantil *Sete de Setembro* (1878, ed. 10, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital, 2021.

A folha circulava aos domingos e era dirigida por Amâncio Pereira, Lydio Mululo e Pedro Lyrio, todos alunos do Atheneu. Como as outras tentativas, essa também contou com o auxílio do professor Póvoa ao utilizar a sua tipografia para a impressão. Deve-se mencionar que este é o único jornal disponível em acervos de pesquisa. Na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, consta duas edições do Sete de Setembro, o número dez, de 10 de novembro de 1878, e o número 18, de 16 de agosto de 1879. Na publicação, encontramos matérias ligadas às notícias corriqueiras da província, além de trechos de obras literárias traduzidas, anúncios, biografias, poemas e editorial sobre a instrução pública.

Alguns anos depois, viria a luz *O Pyrilampo*. Sua primeira edição data de 20 de agosto de 1882 e era publicado duas vezes por mês. O jornal pertencia à

sociedade Amor as Letras¹, e tinha como redatores principais os alunos João Magalhães Junior, Aldano Paiva, Lydio Mululo e José Araújo Monjardim. O jornal *A Província do Espírito Santo*, ao abordar o lançamento do “jornalzinho estudantil”, comenta que ele foi recebido com festejos pela sociedade capixaba, pois em suas páginas trazia uma variedade de assuntos, como: poesias, notícias, charadas, folhetins, crônicas e artigos, tudo escrito pelos alunos e alguns colaboradores (*A Província do Espírito Santo*, 1882, ed. 68, p. 2).

Em 16 de agosto de 1885, começou a ser distribuído pela capital: *O Athleta*. O periódico que pretendia, em suas quatro páginas, “advogar pela instrução e auxiliar a mocidade estudiosa” (PEREIRA, 1926, p. 49), era publicado três vezes ao mês pela tipografia do jornal *A Folha da Victória* e contava com a participação de integrantes da sociedade estudantil Amor as Letras. Apesar de escrito em Vitória, o jornal circulava por localidades distantes da capital. Em Cachoeiro de Itapemirim, região sul da província, o início de sua publicação fora noticiado em periódico local que ressaltou a atitude dos estudantes, afirmando que era “digno do maior apreço esse esforçado tentamento da mocidade espírito-santense ao encetar seu tirocino ao mundo das letras. Caminhai, mocidade!” (*O Cachoeirano*, 1885, ed. 38, p. 1).

O Semanal foi o último jornal organizado pelos alunos do Atheneu. Começou a ser impresso em 02 de abril de 1889, com o corpo editorial formado por Affonso de Magalhães, Éneas Tagarro e Sebastião Barroso, terminando em 18 de agosto de 1890, com 44 números publicados com a colaboração do diretor, lentes e normalista do Atheneu, além de outros professores da capital. *A Província do Espírito Santo*, que cedia sua tipo-

grafia para impressão *d’O Semanal*, observou em um dos seus números o lançamento da folha organizada pela “mocidade estudiosa que veio armar a tenda de combate nas duas gloriosas arraias da imprensa” (*A Província do Espírito Santo*, 1889, ed. 1908, p. 3).

Não obstante, na impossibilidade de analisar o conteúdo desses impressos devido à ausência de grande parte dos registros, é interessante notar o empenho dos alunos em produzir seu próprio jornal e contribuir para a esfera literária do Espírito Santo. É perceptível a importância da instituição para a vida intelectual da província, elemento comumente ressaltado nos demais periódicos inventariados quando o tema se referia ao Atheneu Provincial.

Segundo Karulliny Silverol Siqueira (2016, p. 75-83), os jornais capixabas publicados a partir da década de 1870 foram caracterizados pela diversidade de opinião política, podendo ser da ala liberal, conservador ou democráticos. Essa última denominação, embrião no movimento republicano, foi responsável por trazer uma nova vertente que pautava suas opiniões na ideia de “progresso, ilustração e ciência”.

Nas últimas décadas do período imperial brasileiro houve vigorosa circulação de teorias ligadas ao progresso e ciências, assim como novas ideias políticas (ALONSO, 2002). Karulliny Siqueira (2013) argumenta que a ampliação da área de alcance de jornais e livros em solo capixaba ocorreu, em grande parte, pela atuação da elite intelectual, que tinha acesso à instrução e ao ensino superior. A autora demonstra, ainda, que a imprensa foi um importante espaço de debate político, ajudando a ampliar a esfera literária e intelectual da província.

Ao analisar a esfera ou espaço público, Jüger Habermas (2014) esclarece que a opinião do público leitor teria a competência de dominar o exercício do poder político. O controle surge a partir da publicização das ações institucionais, fato que permitiu ao público supervisionar e criticar tais ações. Assim, para este estudo entende-se que os jornais tiveram a função de, “através da opinião pública (da esfera burguesa que era composta pelos proprietários e

leitores), intermediar as relações entre o Estado e as necessidades da sociedade” (2014, p. 93-95). Habermas destaca ainda que uma das funções da esfera pública diz respeito à formação da opinião dos indivíduos, pois compete a ela reconhecer problemas sociais e pressionar os políticos, de modo a influenciá-los nas questões que foram debatidas e problematizadas. É claro que a aceitação dessa opinião pode variar de acordo com o divulgador, sua qualificação como membro da sociedade, a argumentação e entre outras variáveis. Assim, grupos ou indivíduos com popularidade na sociedade podem utilizar de seus discursos, com maior poder de alcance, para facilitar a captação de adeptos para suas ideias e julgamentos. No entanto, para estabelecer uma opinião pública que possa influenciar a política é imprescindível que haja a participação das outras pessoas, inclusive dos leigos, pois estes também constituem a esfera pública.

O Atheneu Provincial pelas letras da imprensa

Durante os anos que o Atheneu auxiliou no desenvolvimento intelectual e moral dos estudantes, as notícias referiam-se à instituição como “a casa da instrução” (*O Espírito Santense*, 1890, ed. 2325, p. 2). A missão educacional da instrução pública era ressaltada nos periódicos. Para os redatores cabia ao colégio “separar o joio do trigo” (*A Província do Espírito Santo*, 1883, ed. 274, p. 3), formar “cidadãos úteis” (*A Folha da Victória*, 1884, ed. 104, p. 4) e prover a “inteligência e ilustração provincial” (*O Estado do Espírito Santo*, 1890, ed. 2201, p. 2), ou seja, estabelecer a ordem e disciplina no Atheneu, transpassando esses ideais à sociedade.

Foi por causa da sua função que a reforma curricular do Atheneu em 1882 suscitou intenso debate entre três importantes jornais da província, a saber: *A Folha da Victória*, *A Província do Espírito Santo* e *O Horizonte*. Convém esclarecer, então, quem era o público divulgador dessas tentativas de mudanças.

Compartilhando a mesma opinião sobre a reforma de 1882, mesmo com posições políticas distintas, *A Folha da Victoria* e *A Província do Espírito Santo* eram favoráveis ao acréscimo das aulas normais e cursos complementares de Letras, Agricultura e Comércio na grade curricular do colégio. Sobre as características ideológicas desses jornais, Karulliny Silverol Siqueira (2016, p. 123-128) assevera que *A Folha da Victoria* foi um periódico conservador e se destacava por realizar intensos ataques políticos e por defender a exclusão do povo da participação política. Já *A Província do Espírito Santo* foi o jornal com a maior tiragem da província, produzindo cerca de 1.200 exemplares por dia, e filiado ao partido liberal.

Na visão de ambos os jornais, a instrução pública deveria ter como objetivo principal a formação de “cidadãos úteis” para o trabalho, atuando no ensino de uma profissão. Acreditavam que a instituição não poderia se limitar às atividades dos exames preparatórios de ingresso nas faculdades. O ensino, portanto, deveria ser voltado para o mercado de trabalho, substituindo o “ensino estéril, puramente oficial” (*A Província do Espírito Santo*, 1882, ed. 93, p. 1). Enquanto o currículo em execução era denominado como “antigo”, o novo currículo escolar fora considerado mais útil e importante por abrir “aos espíritos estudiosos um horizonte mais rasgado do que o atual”, e não se concentrar apenas na preparação para as funções administrativas dos governos e aos cursos superiores como a versão curricular até então em execução. Fica claro nesse discurso a ideia da instrução pública para todos os cidadãos, atendendo aos jovens que desejavam ingressar nos cursos superiores como para aqueles que somente queriam adentrar o mundo do trabalho.

Ainda sobre a reforma de 1882, *O Horizonte*, que teve Maximino Maia como redator, não aprovou as reformas. Para esse jornal, ligado ao partido liberal e lançado em 1882, a instituição tinha por obrigação ser “útil para a vida” intelectual, função que as aulas destinadas à formação do magistério não trariam, pois essa “nova política [teria] aniquilado e entorpecido a marcha regular do progresso” (*O Horizon-*

¹ A Sociedade Literária Amor as Letras foi criada em 1880 e tinha como objetivo estudar e discutir questões científicas e literárias. De acordo com o estatuto, existiam dois tipos de sócios: os efetivos e os honorários. Os efetivos eram formados por estudantes do Atheneu, maiores de 15 anos, que contribuíssem com a mensalidade de 500 réis e possuísem ao menos dois exames preparatórios para as faculdades concluídos. Para sócios honorários eram admitidos os professores e pessoas formadas ou que tivessem “distinto mérito literário” (*Esprito Santense*, 1881, ed. 41, p. 3).

te, 1883, ed. 79, p. 2). O jornal esclarece, ainda, que o ensino secundário não precisava de professores formados pelo magistério, já que os atuais possuíam “os predicados físicos, intelectuais e morais, indispensáveis ao preceptor da mocidade”. Na opinião de Maximino Maia, os professores do Atheneu tinham condições de preparar os alunos para os exames das faculdades imperiais e formar bons cidadãos (*O Horizonte*, 1883, ed. 81, p. 2).

Karulliny Siqueira (2016, p. 134) aponta que Muniz Freire, Cleto Nunes e Maximino Maia faziam parte de um grupo de reformadores que discutiam o atraso da província e a necessidade do fim da escravidão, sem precisar cortar os vínculos com a monarquia. Para a autora, esse aspecto é evidente nas páginas d'A *Província do Espírito Santo*, pois os redatores tinham uma “linguagem ordeira” em suas publicações ao tentarem manter os preciosos vínculos ao partido Liberal sem se exaltar nas críticas ao governante. Quanto à instrução pública, Maia acusava seus companheiros de partido de aderirem ao tema por mero negócio político. Dez anos depois, veríamos que Maia estava enganado, já que Muniz Freire foi o responsável pela reforma definitiva do Atheneu. Percebe-se que nesse momento o futuro governador já demonstrava a fragilidade, em sua opinião, do ensino ofertado pelo colégio que atendia uma pequena parcela da população e não dava os frutos esperados. Nota-se, portanto, que sua crítica sobre a real função da instrução pública secundária já começava a ser elaborada na década anterior.

Quanto às publicações em tom de crítica ao Atheneu, é no periódico *A Folha da Victória* que se encontram o maior número. Nas suas páginas, foi possível verificar reclamações dos editores sobre a péssima condição estrutural do edifício, sobre a demora na efetivação dos contratos dos professores e a baixa frequência estudantil, além de protestos sobre a falta de itens básicos para seu funcionamento como água, material didático etc.

As páginas também eram utilizadas para denunciar o que os redatores consideravam os abusos

cometidos pelos dirigentes em razão de perseguição política. Um dos casos diz respeito à paralisação das atividades docentes do Padre Francisco Antunes Siqueira por 15 dias, devido à acusação de incivilidades com outros professores. Para *A Folha da Victória* (1884, ed. 101, p. 1-2), em 1884, reinava a desordem no Atheneu, e os lentes estavam submetidos a “mesquinhas vinganças” por conta de assuntos particulares. A prova de tal fato foi a substituição do reverendo pelo professor Miguel Teixeira da Silva Sarmento, que ministrava aulas de primárias de Português sem concurso. Por fim, o jornal conclamava a presidência da província para tomar medidas que visassem restabelecer a paz entre os professores.

Sobre o Padre Siqueira, convém destacar algumas informações. Nascido em terras capixabas em 1832, o padre ministrou aulas de Latim, Literatura e Língua Nacional entre 1876 e 1891 no Atheneu Provincial, além de ter atuado como professor do ensino primário em diversas escolas da região e diretor do colégio particular Nossa Senhora da Victoria (*Jornal da Victoria*, 1869, ed. 506, p. 4). Com o encerramento das atividades do Atheneu Provincial, o professor Siqueira passou a lecionar na Escola Normal como lente de Português, desempenhando também a função de diretor, cargo que ocupou até falecer, em 1897 (*O Estado do Espírito Santo*, 1897, ed. 282, p. 2).

Durante os 65 anos de vida, Padre Siqueira também se dedicou ao serviço público. Atuou como Inspetor das Escolas Públicas de Santa Cruz (*Jornal da Victoria*, 1867, ed. 330, p. 1), secretário do Atheneu (*A Folha da Victoria*, 1889, ed. 572, p. 4) e Deputado Provincial da província capixaba para a legislatura de 1862 (DAEMON, 2010, p. 413). No campo literário, o professor-padre teve vida ativa. Publicou diversos livros sobre religião, história do Espírito Santo e língua portuguesa, que estão descritos no Quadro 19 desta dissertação, além do poema em comemoração ao fim da Guerra do Paraguai, em 1870 (*Vida Capichaba*, 1940, ed. 506, p. 24).

Alguns jornais também desaprovavam que as lutas políticas fossem levadas para dentro do colégio, com prejuízo para a educação e manchando a decên-

cia do governo. Não consideravam aceitável que as querelas entre conservadores e liberais motivassem a exoneração do professor, como foi o caso da demissão do Lente de Português Aristides Brasiliano de Barcellos Freire. Argumentavam que o professor deveria ser punido pelos erros que cometesse como funcionário público, não por causa de fofocas políticas.

Não é o valor intrínseco do ato de demissão, mas o prejuízo que sofre a mocidade com essa vilania, que abate a dignidade do governo. Puna-se o funcionário que falta ao cumprimento de seus deveres comprometendo o serviço público; mas não se constitua de resíduos de ódios e vinganças a ação do governo, porque tal procedimento prepara um futuro terrível. O sacrifício da justiça e a falta de reconhecimento ao mérito de um empregado público, abre fundas brechas nos governos, que não sabem reagir contra as ciladas da intriga. Não será a presente situação a última; o partido conservador ainda galgará, e talvez muito cedo, as alturas do governo; e só isso deve trazer sobressaltadas essas consciências, que de descuidam do futuro, que tão bons elementos vai recebendo do presente, exclusivamente consagrado ao sacrifício da lei e da moralidade. Não desesperem os nossos amigos. O partido conservador há de ter tempo de pagar com usura os excessos do atual governo (*A Folha da Victoria*, 1889, ed. 648, p. 1).

Corroborando essas ideias, *O Cachoeirano* (1889, ed. 43, p. 1) citava que os liberais censuraram as aulas do professor Freire até ele não ter condições de lecionar e ser demitido, perfazendo, assim, perda lastimável para a instrução pública. Esse jornal, que tinha como proprietário e redator João Loyola e Silva, surgiu em 1877 e defendia ideias mais progressistas, por exemplo, o alcance das classes menos favorecidas ao ensino escolar. Silva caracterizava seu jornal como “porta-voz de denúncias contra o governo” ao colocar os anseios da população em primeiro lugar. Logo, a demissão do professor era mais um abuso de poder cometido pelo poder público.

O jornal *A Província do Espírito Santo* (1883, ed. 277, p.2) publicou diversas notícias elogiosas à ins-

tituição. Algumas matérias tinham a clara intenção de parabenizar o esforço institucional para melhorar a instrução secundária, por exemplo, a iniciativa do diretor escolar em pedir ao inspetor das obras públicas brevidade na construção da calçada em frente ao prédio, assim como a reforma da fachada dele. O periódico noticiou ainda, em 1886, que a organização administrativa e escolar da instituição eram destaques na imprensa internacional. Anunciou que o Atheneu Provincial fora caracterizado na Escripta para a Exposição de Berlim como o “título de um bem montado estabelecimento de instrução pública secundária” (*A Província do Espírito Santo*, 1886, ed. 1235, p. 4). Trata-se da obra escrita por Joaquim Adolpho Pinto Pacca e que nela constaria a história do colégio.

Convém destacar que o Presidente da Província costumava visitar a instituição periodicamente. *N'O Horizonte* (1882, ed. 32, p. 3), foi noticiado que o Dr. Inglez de Sousa, acompanhado do secretário de governo, estivera na repartição da Instrução Pública, na Biblioteca Pública e no Atheneu Provincial, onde assistira as aulas de Inglês e Português, objetivando fiscalizar o bom andamento da educação provincial. As regulares visitas do diretor escolar nas aulas para examinar os materiais didáticos dos alunos também era destaques na imprensa local: “O Sr. Dr. Diretor do Atheneu, desde segunda-feira que tem estado examinando as cadernetas, e reunindo os alunos de cada aula, no seu gabinete, em presença do lente de cada língua ou ciências, tem separado o joio do trigo. Há ordem e disciplina tais no Atheneu, que parece que foi ali o campo de Troia!” (*A Província do Espírito Santo*, 1883, ed. 274, p. 3).

O Atheneu também era louvado por abrigar exposições. *O Constitucional* (1888, ed. 29, p. 2), de ideias conservadoras, comunicou, em 1888, com “grande animação e entusiasmo”, que a exposição organizada pela Sociedade Espírito Santense de Imigração estava há alguns dias de ser inaugurada no Atheneu, já que era local mais propício para receber a “festa do verdadeiro progresso”. Além de manifestações culturais, o edifício também era utilizado para as eleições

de vereadores e juizes de paz da capital (*A Província do Espírito Santo*, 1882, ed. 37, p. 4) e concursos para professores públicos do ensino primários e secundários da província (*A Actualidade*, 1878, ed. 64, p. 8).

Pelas folhas impressas, nota-se a visão de destaque dada aos professores no âmbito da instituição e do ensino da província. Ressaltava-se o protagonismo dos docentes e a função meritória da profissão. A linguagem utilizada pelos redatores quando se referiam aos catedráticos eram sempre adjetivos elogiosos. Aos docentes eram reservados vocábulos como “ilustrados lentes”, “mestres” e “preceptor da mocidade”, geralmente precedido pelo status acadêmico ou social.

Em editorial publicado no jornal *A Actualidade* (1878, ed. 42, p. 3 e ed. 44, p. 1), foi anunciada a revogação por parte do governo provincial da nomeação para lente efetivo do Atheneu pela ausência de ensino superior do “Sr. Adolpho de Siqueira”. Admitido para a cadeira de Geometria e Trigonometria do colégio em 9 de outubro de 1877, Siqueira teve sua nomeação questionada pelo referido jornal. Pautado na Lei de 12 de julho de 1867, o periódico argumentava que a nomeação de lentes efetivos sem concursos somente devia ocorrer para os formados em Academias do Império ou com grau acadêmico, o que não era o caso do referido lente. Para os demais professores, era necessário o concurso público para assumir o cargo. O jornal afirmava ainda que o “Dr. Francisco Gomes Azambuja Meirelles”, designado como lente efetivo de Aritmética e Álgebra na mesma data, não teve problemas para assumir suas funções.

O jornal *O Cachoeirano* (1877, ed. 20, p. 4) também fez questão de mencionar o status acadêmico de dois professores da instituição. Em carta assinada pelos docentes “Dr. Florêncio Francisco Gonçalves”, “Bacharel Eduardo Gomes Ferreira Veloso”, entre outros cidadãos, e enviada à redação, prestava-se homenagens aos bons serviços exercidos pelo então Presidente da Província, Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama.

O comprometimento dos docentes com o colégio também era digno de nota. Nas páginas dos jor-

nais da província, era comum a divulgação de notícias relacionadas à publicação de livros pelos professores. Esse foi o caso da obra produzida pelo professor de Latim, o padre Antunes de Siqueira, por ocasião da impressão da *Syntaxe Latina*. A notícia publicada em 1885 pelo periódico *O Espírito Santense* (1885, ed. 89, p. 2) ressaltava o “acabamento que presta a nosso fraco juízo a obras didáticas esse luminoso trabalho”. Já o jornal *O Horizonte* noticiou as diversas publicações da Memória Histórica do Atheneu Provincial. De acordo com o Regulamento n. 152 artigo 19 § 9, organizado no ato de criação do Atheneu, a redação do livro ficava sob responsabilidade de um professor da instituição, escolhido pela Congregação de Lentes ao final de cada ano letivo (*O Espírito Santense*, 1873, ed. 230, p. 1). Para o ano de 1883, designou-se o Dr. Alfredo Paulo de Freitas para escrever a história do Atheneu do ano anterior (*O Horizonte*, 1883, ed. 13, p. 3).

Com efeito, ressaltava-se a capacidade intelectual dos docentes com os avanços do sistema de ensino. Era louvável para as instituições secundárias terem professores com ensino superior e ótimo relacionamento com a comunidade externa, como se registrou: “A instrução primária e secundária também deu um avanço e não pequeno: o Atheneu e o Colégio Nossa Senhora da Penha demonstram o grande melhoramento, pois que, hoje, lecionando nesses estabelecimentos professores de subida capacidade [...]” (*O Espírito Santense*, 1875, ed. 8, p. 4).

As notas de pesares pelo falecimento dos professores também revelam o prestígio social daqueles que atuaram no âmbito do Atheneu. Entre os professores cabe destacar a figura de Ignacio dos Santos Pinto, que faleceu em 1879 e, mesmo 46 anos após sua morte, ainda era lembrado com pesar pelos jornais. Em 1883, a *Folha da Victória* anunciou que há quatro anos “a mocidade perdia um preceptor modelo” (*Folha da Victoria*, 1883, ed. 8, p. 2.), por isso, era preciso prestar homenagens. Para tanto, foi redigido um documento assinado pelos mestres e discípulos do Atheneu pedindo ao diretor da instituição a permissão para colocar o retrato em óleo do professor

em uma sala de honra. Apesar do pedido negado, o jornal conclamou os interessados a não desistirem. Alguns anos depois, ainda eram publicadas notas lembrando o triste dia para a educação capixaba. *A Província do Espírito Santo* (1885, ed. 857, p. 3) argumentou que se perdeu um dos docentes com “inteligência culta e caráter [...] moldado pela severidade e pela honra” e o *Jornal Official* (1907, ed. 166, p. 1) anuncia que a memória do professor é sempre venerada por seus conterrâneos, mesmo 28 anos após sua morte. É curioso notar que o nome do professor não veio precedido por nenhuma titulação acadêmica, o que pode indicar que Pinto não fez o curso superior. Tal episódio pode ser explicado pelo fato de o professor ministrar as aulas de Latim para o ensino secundário desde o tempo do Liceu, adquirindo status entre o governo provincial que o incumbiu da missão de ensinar aos jovens. Affonso Cláudio (*Vida Capichaba*, 1925, ed. 48, p. 17), que possivelmente teve contato com o lente durante sua passagem como aluno pelo Atheneu, ao publicar memorial sobre Ignacio Pinto, o descreve como homem sério que era costume lecionar vestido de sobrecasaca preta, cartola, de paletó, colete branco, gravata e calças pretas, e que provavelmente sabia as línguas gregas, hebraicas, inglesa, francesa e espanhola.

Outro professor que teve o falecimento divulgado nos jornais foi Francisco Gomes de Azambuja Meirelles. *O Horizonte* (1883, ed. 60, p. 2) e *O Cachoeirano* (1883, ed. 25, p. 2) comentaram que, mesmo sem o convite formal da família, número superior a duas mil pessoas acompanhou o sepultamento, algo que o jornal ressaltava como nunca visto na cidade. Os redatores o descreveram como “figura querida pelos capixabas”, que recebeu diversas homenagens por onde seu caixão passava, incluindo de professores e alunos do Atheneu, que ofereceram flores e fizeram discursos. Ernesto Vieira de Mello foi outro docente que mereceu destaque nos periódicos pelo seu falecimento em 1887. Os jornais *O Constitucional* (1887, ed. 51, p. 1) e *A Província do Espírito Santo* (1887, ed. 1495, p. 2) informaram que receberam o telegra-

ma vindo da capital do Império, anunciando sobre sua morte e que tal notícia foi sentida por todos da província. Com grande pesar, os redatores o colocaram como “cavalheiro de fino trato”, conhecido na província pela “generosidade e largueza dos seus sentimentos partidários”.

Aos docentes, cabia a tarefa de instruir os alunos, considerados “germem (sic) isolado que não cresce pela simples força nativa” (*A Província do Espírito Santo*, 1885, ed. 1118, p. 3), necessitando, assim, de um auxílio externo para despertar a inteligência. Para cumprir a missão, acreditava-se que os professores deveriam ter certos qualificativos como “dignos e morais”, “homens de inequívoca probidade”, “severidade bronze, espírito culto e dominado das boas maneiras” (*A Província do Espírito Santo*, 1882, ed. 59, p. 2). Como se nota, tratava-se de valores ligados à moral e bons costumes considerados essenciais para um bom professor.

Em oposição aos qualificativos considerados ideais aos docentes, as páginas dos impressos revelaram os valores imputados como prejudiciais à carreira do magistério e à educação dos alunos. Não são raras as denúncias referentes a práticas ilegais dos professores, como ocupar dois cargos públicos concomitantes, faltas sem justificativas e até a análise do método educativos utilizado dos professores.

A crítica mais recorrente aos professores nos jornais era o acúmulo de cargo público. Foram os casos de Benjamim Constant Pereira da Graça, Alfredo Paulo de Freitas e Manoel Goulart de Souza. Benjamim da Graça, durante o governo do Presidente da Província Domingos Monteiro Peixoto, foi nomeado para exercer as funções de Secretário de governo, professor de Retórica e Poética do Atheneu, membro do Conselho Central e Inspetor Geral, ambos da Instrução Pública. Para o Promotor Público, que publicou a acusação, Augusto Nogueira da Gama, a prática feria a Circular n. 573 de 10 de novembro de 1837, que permitia o acúmulo de cargo somente quando fossem de pequeno ordenado, o que não era o caso (*O Espírito Santense*, 1876, ed. 1, p. 3). Em outra situação, Basílio Daemon

assinou o editorial expondo a atitude do Presidente da Província no período, Miguel Bernardo Vieira de Amorim, que concedeu férias ao lente de Filosofia, Dr. Freitas, quando este se encontrava nomeado como cirurgião de um batalhão em Porto Alegre/RS. Daemon questionava como poderia o professor estar em duas províncias ao mesmo tempo? A prática, na visão do redator, era o “desrespeito patente tributado a moral” (*O Espírito Santense*, 1883, ed. 95, p. 1). Já o Dr. Souza recebeu um aviso do Ministério do Império, informando que devido a seu cargo de Inspetor da Saúde Pública, não poderia acumular os cargos de professor do Atheneu e de médico de partido da Câmara Municipal da Capital, pois o exercício da medicina necessitava de horas livres para atender aos chamados (*O Horizonte*, 1884, ed. 2, p. 2).

A forma de ensinar aos alunos também era questionada nos jornais. Em matéria assinada pelo indivíduo denominado de “Lycurgo”, expunha-se que o professor Miguel Sarmento não tinha capacidade para ensinar, já que suas aulas não preparavam os alunos para as provas de admissão no ensino superior. Contudo, para o assinante do editorial, o que mais chocava era a falta de atitude do Presidente da Província, Marcelino de Assis Tostes, que não tinha exonerado o professor Sarmento.

[...] Se S. Ex.^a tivesse interesse pela província não havia de consentir que continuasse no Atheneu Provincial o Sr. Miguel Sarmento, que, sem método para o ensino, está prejudicando a mocidade, acarretando gastos aos pobres pais de família, que para poderem preparar seus filhos para fazerem exames, socorrem-se de professores particulares, em vista do atraso em que os mesmos se acham. [...]. (*O Espírito Santense*, 1881, ed. 84, p. 1)

O mesmo professor voltou a ser criticado pelo jornal *O Espírito Santense* (1881, ed. 86, p. 2) em algumas edições depois. Para o redator, mesmo que o professor aperfeiçoasse seu método de ensino, de nada valeria para assegurar sua permanência nas

instituições de ensino secundário, já que lhe faltava um dos requisitos exigidos pelo Regulamento da Instrução Pública: ser casado. O citado jornal era conservador e circulou entre 1870 e 1889 (PEREIRA, 1922, p. 37-38), tendo como objetivo atingir públicos variados ao abordar assuntos políticos e literários em suas páginas. A partir de 1874, sob a direção de Basílio Daemon, o jornal passou a dispor da cooperação de diversos intelectuais locais, inclusive daqueles que não pertenciam ao partido conservador, por exemplo, Pessanha Póvoa, Affonso Cláudio e Padre Antunes de Siqueira (SIQUEIRA, 2016, p. 77).

O professor Aristides Freire, lente de Literatura e Língua Nacional do Atheneu Provincial, também foi repreendido pelos métodos pedagógicos empregados nas avaliações. Para Basílio Daemon (*O Espírito Santense*, 1886, ed. 92, p. 4), o docente pecava ao aplicar avaliações com conteúdo não trabalhado em sala de aula e ao publicar textos dos alunos reprovados. O redator alertava ainda para a falta de concordância gramatical nos textos dos alunos mais avançados, questionando, assim, o estado em que estariam os estudantes iniciantes. Por fim, conjecturava que a “gramática [para Freire] não é mais a arte de falar e escrever corretamente, e sim a arte das figuras”.

Se para os professores havia uma dicotomia entre os qualificativos considerados ideais e dispensáveis ao profissional do ensino, para o corpo estudantil a situação foi semelhante. Os termos mais utilizados foram “mocidade estudiosa” em oposição a “meninos ardilosos” (*A Província do Espírito Santo*, 1883, ed. 357, p. 3; 1887, ed. 1291, p. 4; 1889, ed. 3, p. 2; *A Folha da Vitória*, 1883, ed. 3, p. 2). O primeiro termo era empregado, por exemplo, para congratular os estudantes pelos excelentes resultados nos exames gerais para ingresso nas faculdades do Império, a participação em sociedades literários, como o Amor as Letras, e lançamentos dos jornais estudantis. É interessante perceber que a expressão também era utilizada pelos discentes. Foi o caso do Pedro Jorge Nolasco Pereira da Cunha ao anunciar o falecimento do também aluno Américo Espíndula Batalha Ribeiro no jornal *A*

Província do Espírito Santo, argumentando que “é mais uma luz que se apaga no luminoso céu da mocidade estudiosa espírito-santense [...]” (1887, ed. 1291, p. 4.).

O uso do termo “meninos ardilosos”, por sua vez, se restringia às notícias que relatavam certas traquinagens e travessuras dos alunos, buscando destacar a indisciplina e o mau comportamento dos jovens, como a divulgação da barulhenta reunião dos alunos perto da Igreja Matriz, a algazarra perpetrada na Repartição Geral do Correio na busca pelas encomendas e cartas e o relato do jornal *O Espírito Santense* de 1883 sobre algumas caricaturas coladas na Ladeira Pedro Palácio, esquina do Atheneu Provincial (*O Espírito Santense*, 1879, ed. 44, p. 4; 1883, ed. 94, p. 4 e ed. 35, p. 2).

Sobre esse último fato, *O Espírito Santense* comunicava que, entre os desenhos, havia um com referência ao Diretor do Atheneu, José Joaquim Pessanha Póvoa, representado na “figura de oficial, barbeado a inglesa, de óculos, espada em punho e regulamento na mão”, e outra alusiva ao porteiro, desenhado com “trajes de quem vai para a roça”. Em vista da desmoralização causada pelos “meninos ardilosos”, os redatores pedem a exoneração do diretor. Pelo tom da notícia, a crítica não girava em torno do mau comportamento dos alunos, apesar da reprovação, mas sim da baixa popularidade de Póvoa, que não teria capacidade para controlar e disciplinar os alunos, ocupando a direção “somente pelos ganhos financeiros”.

Nos impressos, torna-se evidente a missão da instituição em fornecer instrução e disciplina aos jovens. Para tanto, acreditava-se que as transgressões deveriam ser reprimidas e criticadas. Pelos jornais, nota-se, inclusive, que o mau comportamento dos alunos chegava ao conhecimento das autoridades provinciais, como o Presidente da Província. Este foi o caso da notícia “Sabonete oficial” que publicou o Ofício n. 25 enviado pelo Presidente da Província, Miguel Bernardo Vieira de Amorim, à diretoria do Atheneu.

N. 25 – Palácio do governo da província do Espírito Santo [...]. Chegando ao meu conhecimento que diversos alunos do Atheneu Provincial, infringindo as boas normas da educação escolar e doméstica, perturbam o sossego público, e ao mesmo tempo desrespeitam a disciplina desse estabelecimento, apunhando (sic) pessoas estranhas que por ali passam e até alguns de seus professores, recomendo-lhes que sindicando do ocorrido sem perda de tempo de as mais enérgicas providências no sentido de fazer desaparecer esse desregramento de conduta dos referidos alunos, retomando-me circunstanciadamente do resultado de suas sindicâncias com os nomes dos infratores para posteriores providências (A Província do Espírito Santo, 1883, ed. 246, p. 3).

Para os redatores, a publicação do ofício é de enorme constrangimento para os “moços sérios e briosos”, que formavam a maioria da instituição, pois demonstrava o desrespeito de alguns alunos, que esqueceram os ensinamentos, baseados na moral e na ordem pública transmitidos pelos professores.

Em outro pequeno anúncio de apenas quatro linhas, impresso no jornal *A Província do Espírito Santo* (1884, ed. 507, p. 1), é possível perceber que as traquinagens dos “meninos ardilosos” transpassavam os muros do colégio e afetavam os moradores de Vitória. No anúncio intitulado “Cuidado” e assinado apenas com o codinome de “A represália”, encontramos a solicitação da comunidade pedindo para os jovens “menos convenientes que frequentam o Atheneu o favor de não incomodarem a vizinhança” com suas algazarras pelas ruas da capital. Como se vê, a ação dos alunos fora interpretada como infração às “boas normas da educação escolar e doméstica” e perturbadoras do “sossego público”, dignas de reprimenda pública do Presidente de província em exercício e da sociedade capixaba.

Com a finalização das atividades do Atheneu Provincial, em 1892, a instituição fora recorrentemente lembrada e citada nos periódicos. Os termos e adjetivos mais comuns para se referir ao colégio traziam em seu bojo o sentimento de saudosismo. Denomi-

nações como “saudosa instituição” (*O Cachoeirano*, 1896, ed. 23, p. 2), “Pantheon das victorias litterarias da mocidade” (*Commercio do Espírito Santo*, 1892, ed. 494, p. 1), “lugar das mentes brilhantes” (*Commercio do Espírito Santo*, 1892, ed. 558, p. 1), “onde iluminaram-se os talentos de tantas gerações” (*Commercio do Espírito Santo*, 1892, ed. 665, p. 1) e “lugar de progresso” (*Commercio do Espírito Santo*, 1892, ed. 666, p. 1) eram empregados para indicar a magnitude da instituição e de onde “saíam tão aureoladas inteligências” (*Jornal Oficial*, 1905, ed. 216, p. 1). O Atheneu era descrito como o lugar para onde as famílias enviavam seus filhos para se instruírem, recebendo, inclusive, alunos de outras Províncias/Estados (*Jornal Oficial*, 1905, ed. 216, p. 1). O fim da instituição era então considerado o “golpe de morte desfechado contra o futuro da mocidade e contra as aspirações dos filhos desta terra” (*Commercio do Espírito Santo*, 1892, ed. 558, p. 1). Em outro editorial publicado n’*O Cachoeirano* (1917, ed. 4, p. 1), 25 anos após o fim do colégio, a instituição ainda era lembrada como o “histórico Atheneu”, indicando que naquele período a sociedade espírito-santense cultuava as tradições e valorizava os professores, que faziam do cargo um “sacerdócio”. Assim, Muniz Freire e a sua reforma da instrução pública eram acusados pelo aniquilamento da instrução secundária do Estado.

Importante é notar que a narrativa construída sobre o passado do Atheneu não ocorria num vazio institucional. A menção à “saudosa instituição” acompanhava também severas críticas à Escola Normal, colégio que o substituiu. Logo após o fim do Atheneu, *O Commercio do Espírito Santo* (1892, ed. 558, p. 1) publicou matéria questionando para onde os estudantes, principalmente os de baixa renda, deveriam recorrer para se preparar para os estudos das Academias da República. *O Jornal Oficial* de 1905 (ed. 39, p. 1) argumentava que o colégio dedicado à formação de professores jamais poderia ser comparado ao Atheneu, já que os resultados obtidos estavam muito distantes das vantagens oferecidas pela instituição provincial, que formou diversos profissionais liberais e políticos. Para tanto, citava o exemplo de

Horácio Plínio, único docente diplomado pela Escola Normal até aquele momento e que fora aprovado no concurso dos Correios.

Considerações finais

O Atheneu Provincial foi fundado em 1873 com o intuito de educar a juventude masculina da província do Espírito Santo, buscando inseri-los nas faculdades do Império, além de contribuir para a formação de mão de obra qualificada para os serviços públicos. O colégio serviu também para desenvolver os estudantes o gosto pela escrita jornalística e a participação política, tanto de alunos como de professores.

Ao analisar as informações localizadas sobre os impressos estudantis e as agremiações ligadas a eles, podemos identificar os primeiros passos dos estudantes na participação da vida cultural e política da província capixaba. Os discentes estavam envolvidos com o contexto político e artístico do seu tempo. As agremiações e jornais organizados pelos alunos contaram, muitas vezes, com o auxílio de professores e diretores do Atheneu, constantemente foram aplaudidos pela imprensa capixaba. Sobre o único jornal editorado pelos estudantes que temos acesso, é possível supor que, envoltos em um ambiente acadêmico e circunscrito por ideias liberais e, talvez, republicanas, os estudantes utilizaram as páginas do *Sete de Setembro* para pôr em discussão os ensinamentos recebidos em sala de aula, mas também todos os aspectos que envolvem a cultura escolar, que vai além das quatro paredes do Atheneu Provincial. Assim, ao analisar a participação estudantil nos jornais, observamos enorme participação estudantil na vida política e cultural da cidade. Podemos concluir que o desejo de ingressar no mundo das letras impressas, tem influência dos professores do colégio, pois muitos eram jornalistas e auxiliaram nos estudantes na criação dos jornais.

Durante os anos de funcionamento do Atheneu Provincial, localizou-se notícias elogiosas e crí-

ticas ao ensinamento ministrado. Pelas palavras e expressões utilizadas, percebe-se que a sociedade impunha ao colégio a missão de formar cidadãos participantes da vida política e prepará-los para ingresso nas faculdades do Império. Nos impressos publicados após o encerramento das funções educacionais do colégio, percebe-se que ele era louvado por ter preparado a mocidade e contribuído na formação de intelectuais que levaram progresso pelas atividades que desempenharam, como médicos, advogados e políticos. Por meio da análise de discurso, observa-se que as notícias publicadas nos jornais sobre suas atividades tinham o intuito de ressaltar que a Escola Normal em funcionamento não poderia contribuir com o avanço acadêmico da mesma forma daquele que fora interpretado como o “pantheon das victórias litterarias da mocidade”.

Referências

- ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- AMARAL, Giana Lange. Reflexões sobre a produção de jornais estudantis em escolas de ensino secundário (1930-1960): a contribuição da obra “jornais escolares” de Guerino Casasanta. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 7, 2013, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá, Mato Grosso: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2013.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Ed. 70, 2004.
- BASTOS, Fabíola Martins. A política na antessala do parlamento: imprensa e sociabilidades na formação da esfera pública de opinião em Vitória/ES, nos anos de 1840 a 1889. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2016.
- BEZERRILL, Simone da Silva. Imprensa e política: jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. In: Simpósio de História do Maranhão Oitocentista, 2, 2011, São Luís. *Anais...* São Luís, Maranhão: Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista, 2011.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- CONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no império brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. 1. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Tradução de Gizele de Souza, n. 1, 2001, p.9-45.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, 149-175.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil, 1834-1889*. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da imprensa no Espírito Santo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 3, 1922, p. 28-40.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da imprensa no Espírito Santo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 4, 1925, p. 22-31.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da imprensa no Espírito Santo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 5, 1926, p. 41-90.

REIS, Rosinete Maria. Vestígios de uma cultura escolar: as provas e os exercícios escolares das escolas isoladas de Mato Grosso. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5, 2008, Aracaju. *Anais...* Aracaju, Sergipe: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2008.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. José de Melo Carvalho Muniz Freire. Vitória, ES: Espírito Santo em Ação, 2012.

SCHNEIDER, Omar. *A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do segundo império*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHNEIDER, Omar. Educação e instrução na província do Espírito Santo. In: GONDRA, José; SCHNEIDER, Omar (Org.). *Educação e instrução nas províncias e na Corte imperial (Brasil, 1822-1889)*. Vitória: EDUFES, 2011.

SIQUEIRA, Karulliny Silveiro. Imprensa e partidos políticos na Província do Espírito Santo: 1860 – 1880. Vitória: IHGES, 2013.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.